

O Brasil que Aureliano herdará

Givaldo Barbosa



Greves, tumulto, sucessão, dívida externa, FMI, inflação, pessimismo — esta a incômoda herança que Aureliano assume na próxima sexta-feira

LEONARDO MOTA NETO
Da Editoria de Política

O vice-presidente Aureliano Chaves irá encontrar, a partir do próximo dia 14, um quadro político e administrativo dos mais complexos a desafiar sua gestão. Sua qualidade de interino lhe impõe margens psicológicas a uma ação mais desenrolada, embora o líder político mineiro esteja imbuído da convicção de exercer autônoma e plenamente a chefia do Poder. Os assentamentos éticos de sua conduta servirão como permanentes revisores de uma condução que será cobrada inapelavelmente no momento da definição da sua viabilização como candidato à sucessão presidencial.

Aureliano Chaves levará para o Palácio do Planalto uma espécie de dívida institucional que lhe é cobrada sistematicamente desde a ocasião anterior em que, por dois meses, ocupou a Presidência da República: ao autorizar o envio à Justiça e não a expulsão dos dois sacerdotes franceses, o presidente em exercício levantou contra si preconceitos de áreas mais conservadoras do regime. Aureliano luta, até hoje, para removê-los, e terá agora a oportunidade de mostrar a seus críticos que na época da decisão estava agindo consoante com os fundamentos do projeto democrático do presidente Figueiredo; se tivesse havido uma opção pelo enquadramento mais ortodoxo dos padres franceses quem sabe a abertura estaria hoje socorrida pelo tangenciamento da ordem jurídica.

MUITOS PROBLEMAS

O presidente em exercício terá 16 dias finais de julho aparentemente sem problemas de monta nas relações políticas entre o Palácio do Planalto e a vasta clientela governista. O Congresso em recesso lhe facultará dias preciosos para a instalação do período interino na Presidência da República, e para a avaliação definitiva do prazo da ausência do presidente Figueiredo. Numa ou noutra direção, Aureliano saberá escolher, por volta do dia 16 — quando a equipe do Dr. Sheldon em Cleveland, anunciar o resultado dos exames — a alternativa mais indicada para levar à frente a massa crítica das decisões.

Prenuncia-se, de qualquer forma — volte Figueiredo desde logo ou necessite de um tempo maior na eventualidade de uma operação — que o presidente em exercício terá pelo menos uma dezena de bons combates na área política:

1 — A fome de recursos dos governadores: mesmo que seu gabinete reste deserto de parlamentares até o final de julho, Aureliano não deixará de ouvir solicitações angustiadas de governadores para concessões de recursos federais, até mesmo para cobrir gastos inadiáveis como o pagamento da folha dos servidores. Um exemplo da expectativa dos governadores, que não estará disposta a aguardar a volta de Figueiredo para ser equacionada, foi dado por Luiz Gonzaga da Mota, do Ceará, que sequer esperou que o vice-presidente se instalasse no 3º andar do Palácio do Planalto, indo visitá-lo no gabinete do Banco do Brasil, há dias, para lhe encaminhar solicitações de recursos. Como Gonzaga da Mota, outros seus colegas que estarão esse fim de semana em Brasília manterão a esperança de que um "presidenciável" no poder, necessitando criar raízes políticas mais duradouras, terá mais complacência com a Federação que a situação vigente.

2 — O atendimento à expectativa de diálogo das Oposições: uma vez que foi o presidente Figueiredo o avalista das primeiras operações de contato entre o governo e as Oposições, somente ele teria os instrumentos de controle dessas gestões. O vice-presidente, como político de Minas e um dos mais fortes "presidenciáveis", não estaria isento na condução desse processo, tornando-se parte. Esse é um risco fundamental para a investidura de Aureliano Chaves pois qualquer passo fora das linhas que vinham sendo conduzidas pelo presidente — nem sempre claras, mas sempre evolutivas — poderá acarretar-lhe comportamentos restritivos, por exemplo, nas relações com o governador Tancredo Neves, que vem mantendo uma aliança tácita com o presidente Figueiredo, aprovando inclusive suas decisões na área econômica, e com o governador Leonel Brizola, que defende a reeleição do chefe do Governo, possibilidade constitucional que o vice-presidente considera anómala no quadro das tradições republicanas do País.

3 — Administração de um par-

tido inconformado: o vice-presidente encontrará interlocutores do PDS magoados com novas demonstrações de impermeabilidade do Poder Central às postulações por uma maior participação no bolo das decisões. O presidente Figueiredo mostrou-se nos últimos dias irritado com a dissidência aberta no PDS, através da chapa "Participação", e não se negou a participar da Convocação Nacional de hoje, como retirou sua mensagem aos convencionais. Qualquer que seja o resultado da eleição nos novos dirigentes nacionais do PDS, restará uma ponta de ressentimento nas relações entre cúpula partidária e o centro do poder, seara em que o presidente em exercício terá que entrar como político de carreira, mas de forma delicada para não produzir sequelas de suspeitas de que aproveitou sua condição emergencial para se afirmar junto à sua classe no Congresso.

4 - Relações de concorrências com os "presidenciáveis": desde já, um problema que independe de suas vinculações éticas com o presidente Figueiredo, é o grau em que Aureliano se relacionará com seus adversários na corrida sucessória. Ele terá, por exemplo, que despachar com o ministro Mário Andreazza — que ascendeu à condição de principal candidato à sucessão nesses últimos dias — e não lhe poderá negar apoio para não obstruir o vínculo que liga o presidente Figueiredo ao seu velho amigo, antigo instrutor no Colégio Militar e seu ministro do Interior. Da mesma forma, Aureliano não poderá despachar verrinas contra o deputado Paulo Maluf, pois estaria utilizando o poder de forma pessoal, o que foge às suas prescrições éticas. Como integrante da classe política, o presidente em exercício terá que dar ouvidos a todos os interessados no processo da sucessão, que cada vez se afirma como fato essencialmente político, o que demandará um comportamento mais aberto que o presidente Figueiredo vem mantendo até aqui.

5 - Concessão de privilégios à política de Minas: problema igualmente dos mais graves, pois o vice-presidente não poderá abandonar seus vínculos de raiz com a política mineira, sob pena de passar naquele Estado à categoria dos que não soubem honrar seu preceito de independência e altivez. Ao manter seu gabinete aberto aos políticos de Minas, contudo, o presidente em exercício deverá regular suas conversações por um modo pessoal e atávico, mas sem perder a visão do caráter nacional do cargo. Minas está em estado de permanente rebeldia no seu segmento político governista desde a formação do governo Figueiredo, em que não se julgou representada à altura, e fermentou essa dissidência latente quando os partidos foram artificialmente reformados, fazendo surgir flancos do ex-PSD e da ex-UDN, compostos na ex-Arena, incrustados tanto no PDS como no PMDB. Recentemente, Minas galvanizou uma vez mais sua insatisfação com a escolha do engenheiro Elizeu Resende para candidato a governador do PDS, succinando a emulação política natural pela escolha autonomista de um candidato na convenção, fora das zonas de arbitrio de Brasília. Esse quadro de crises, provocações e discordâncias se dirigirá para Aureliano Chaves como fator de sua reconstrução e ai surgirá mais um grande desafio, pois Tancredo Neves estará à espreita de um fracasso.

6 - Composições com a base militar: nesse contexto, o vice-presidente Aureliano Chaves terá que alimentar os chefes militares de provisões institucionais e políticas que reflitam necessariamente a opinião medida de que se devem manter uma posição de distanciamento crítico das negociações políticas com vistas à sucessão e consolidação de ordem democrática. Aureliano terá que se comportar à base de uma visão acauteladora, sem produzir mordizes mas também sem deixar de aplicar sua concepção peculiar de político profissional as relações de poder. O presidente em exercício terá que se cercar de maiores cuidados em relação à sua interinidade anterior, pois nessa quadra haverá riscos mais evidentes de retrocessos, propiciados por pretextos institucionais. O vice-presidente terá que gerir delicadamente a fase de promoções militares do final de julho, poe essa não será uma simples troca de comandantes nem de ascensões de chefes ao generalato, mas a oportunidade que se abre ao Exército para uma restauração dos conceitos do tempo de permanência de oficiais empregados fora da carreira.